



1º Trimestre de
2024

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**



NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024**BALANÇO PATRIMONIAL**

		<i>Posição em Milhares de Reais</i>	
ATIVO		31/03/2024	31/12/2023
ATIVO CIRCULANTE		230.747	223.907
Disponível	4	49.859	34.838
Contas a receber	5	26.496	32.901
Estoque	6	121.646	122.600
Impostos a recuperar	7	13.688	10.191
Outros créditos	8	19.058	23.377
ATIVO NÃO CIRCULANTE		334.393	330.222
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		33.057	33.113
Contas a receber de longo prazo	9	26.269	24.902
Depósitos recursais	10	3.091	4.514
Caução	11	3.697	3.697
INVESTIMENTOS		167	167
IMOBILIZADO		299.678	295.440
INTANGÍVEL		1.491	1.502
ATIVO TOTAL		565.140	554.129

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

MARCELO ANDREETTO PERILLO
Diretor Administrativo
CPF 024.930.787-13

GENILDO RODRIGUES DE ARAÚJO
Gerente Geral de Planejamento e Finanças
CPF 491.885.187-87

FRANCISCO DE SOUSA VIANA
Gerente de Contabilidade - CRC-RJ 093.702/O-1
CPF 024.999.427-54



NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024

BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO	<i>Posição em Milhares de Reais</i>	
	31/03/2024	31/12/2023
PASSIVO CIRCULANTE	145.439	119.367
Fornecedores	15 14.871	2.424
Obrigações trabalhistas e sociais	16 43.850	43.394
Obrigações tributárias	17 6.513	10.378
Previdência privada de curto prazo - NUCLEOS	20 20.444	26.097
Obrigações com clientes	18 41.061	26.673
Outras obrigações	19 4.234	3.958
Receita de subvenção a realizar	14.466	6.443
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	302.329	313.630
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	302.329	313.630
Previdência privada de longo prazo - NUCLEOS	20 225.364	220.807
Provisões	21.2 7.265	17.929
Receita de subvenção a realizar de longo prazo	69.700	74.894
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	117.372	121.132
Capital social	22.1 63.114	63.114
Ajuste de exercícios anteriores	22 21.019	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	22.2 32.825	32.825
Reserva de reavaliação	22.3 15.429	15.736
Ajuste de avaliação patrimonial	173.932	174.291
Prejuízos acumulados	(188.947)	(164.834)
PASSIVO TOTAL	565.140	554.129

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

MARCELO ANDREETTO PERILLO
 Diretor Administrativo
 CPF 024.930.787-13

GENILDO RODRIGUES DE ARAÚJO
 Gerente Geral de Planejamento e Finanças
 CPF 491.885.187-87

FRANCISCO DE SOUSA VIANA
 Gerente de Contabilidade - CRC-RJ 093.702/O-1
 CPF 024.999.427-54



NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

		<i>Posição em Milhares de Reais</i>	
		31/03/2024	31/03/2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23	98.170	88.978
(-) Custos dos Produtos Vendidos - CPV	24	(6.017)	-
LUCRO BRUTO		92.153	88.978
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		(95.147)	(88.076)
(-) Despesas Operacionais Administrativas e Comerciais	25	(94.489)	(86.961)
(-) Despesas Operacionais Tributárias		(658)	(1.115)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(2.994)	902
(-) Resultado Financeiro	26	(407)	(14)
Despesa Financeira		(462)	(14)
Receita Financeira		55	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DE OUTRAS RECEITAS		(3.401)	888
(-) Alienação de Ativos ou Baixa de Passivos Não Circulantes		-	-
LUCRO ANTES DO IR/CSSL		(3.401)	888
(-) IR sobre Lucro Líquido		-	-
(-) CS sobre Lucro Líquido		-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(3.401)	888

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

MARCELO ANDREETTO PERILLO
Diretor Administrativo
CPF 024.930.787-13

GENILDO RODRIGUES DE ARAÚJO
Gerente Geral de Planejamento e Finanças
CPF 491.885.187-87

FRANCISCO DE SOUSA VIANA
Gerente de Contabilidade - CRC-RJ 093.702/O-1
CPF 024.999.427-54



NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Posição em Milhares de Reais

	31/03/2024	31/03/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	25.660	14.279
<i>Resultado do exercício</i>	(3.401)	888
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais :		
Depreciação	1.629	1.369
Depreciação de ativos incorporados por valor justo	(358)	-
Amortizações	11	13
Baixa/Ganho no ativo imobilizado	(874)	(125)
Realização das subvenções de investimentos	-	(1.226)
	(2.993)	919
(Aumentos) Reduções do Ativo		
Contas a receber	5.038	3.771
Outros créditos	4.319	(97)
Estoques	954	(5.355)
Estoques de processo - Depreciação	-	-
Depósitos recursais e cauções	1.423	(75)
Impostos a recuperar	(3.496)	(1.013)
	8.238	(2.769)
Aumentos (Reduções) do Passivo		
Fornecedores	12.447	(376)
Obrigações trabalhistas e sociais	456	494
Obrigações tributárias	(3.865)	2.671
Previdência privada	4.547	9.424
Obrigações com clientes	14.388	6.363
Subvenções a realizar/outras	2.830	(3.342)
Provisões	(10.388)	895
	20.415	16.129
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(4.995)	(2.774)
Aquisição de investimento	-	-
Aquisição de imobilizado	(4.995)	(2.774)
Aquisição de intangível	-	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(5.644)	(5.429)
Subvenções para amortização de dívida - Nucleos	(5.644)	(5.429)
FLUXO DE CAIXA GERADO (APLICADO) NO EXERCÍCIO	15.021	6.076
Aumento (Redução) nas Disponibilidades		
Saldo inicial do Disponível no período	34.838	42.461
Saldo final do Disponível no período	49.859	48.537
VARIAÇÃO NO SALDO DAS DISPONIBILIDADES	15.021	6.076

MARCELO ANDREETTO PERILLO
Diretor Administrativo
CPF 024.930.787-13

GENILDO RODRIGUES DE ARAÚJO
Gerente Geral de Planejamento e Finanças
CPF 491.885.187-87

FRANCISCO DE SOUSA VIANA
Gerente de Contabilidade - CRC-RJ 093.702/O-1
CPF 024.999.427-54



NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

	<i>Posição em Milhares de Reais</i>	
	31/03/2024	31/03/2023
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(3.401)	888
Outros resultados abrangentes	(1.129)	(1.231)
Realização da reserva de reavaliação	(1.129)	(1.231)
RESULTADO ABRANGENTE	(4.530)	(343)

MARCELO ANDREETTO PERILLO
Diretor Administrativo
CPF 024.930.787-13

GENILDO RODRIGUES DE ARAÚJO
Gerente Geral de Planejamento e Finanças
CPF 491.885.187-87

FRANCISCO DE SOUSA VIANA
Gerente de Contabilidade - CRC-RJ 093.702/O-1
CPF 024.999.427-54



NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	<i>Posição em Milhares de Reais</i>	
	31/03/2024	31/03/2023
1. RECEITAS	6.451	1.529
Receita bruta de vendas de produtos e serviços	6.451	1.529
2. INSUMOS PRÓPRIOS E ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(30.149)	(20.356)
(-) Custos dos produtos vendidos - CPV	(6.017)	-
(-) Materiais, energia e serviços de terceiros	(24.132)	(20.356)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	(23.698)	(18.827)
4. RETENÇÕES	(1.640)	(1.383)
(-) Depreciação dos bens móveis e imóveis	(1.629)	(1.157)
(-) Amortização de ativos não circulantes	(11)	(13)
(-) Redução ao valor recuperável	-	(213)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(25.338)	(20.210)
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	91.819	87.676
(-) Recursos orçamentários do tesouro nacional	91.764	87.676
(+) Receita financeira	55	-
7. VALOR ADICIONADO A TRANSFERIR	66.481	67.466
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	66.481	67.467
Pessoal (Remuneração e encargos)	59.775	55.056
Previdência complementar	8.653	8.124
Provisões (trabalhistas, cíveis e tributárias)	290	2.042
Governo (Federal, Estadual e Municipal)	702	1.343
Juros e atualizações monetárias	462	14
Resultado do exercício	(3.401)	888

MARCELO ANDREETTO PERILLO
 Diretor Administrativo
 CPF 024.930.787-13

GENILDO RODRIGUES DE ARAÚJO
 Gerente Geral de Planejamento e Finanças
 CPF 491.885.187-87

FRANCISCO DE SOUSA VIANA
 Gerente de Contabilidade - CRC-RJ 093.702/O-1
 CPF 024.999.427-54



NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Posição em Milhares de Reais

Março de 2023	Nota	Capital social	Ajuste de exercícios anteriores	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2022		61.210	-	1.904	16.968	175.615	(58.900)	196.797
Realização reserva de reavaliação	22.3	-	-	-	(103)	-	103	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	22.2	-	-	100	-	-	-	100
Baixa e depreciação de ativos incorporados a valor justo		-	-	-	-	(235)	-	(235)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	888	888
Saldo final em 31 de Março de 2023		61.210	-	2.004	16.865	175.380	(57.909)	197.550

Março de 2024	Nota	Capital social	Ajuste de exercícios anteriores	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2023		63.114	-	32.825	15.737	174.291	(185.854)	100.113
Realização reserva de reavaliação	22.3	-	-	-	(308)	-	308	-
Ajuste de exercícios anteriores	22	-	21.019	-	-	-	-	21.019
Adiantamento para futuro aumento de capital	22.2	-	-	-	-	-	-	-
Baixa e depreciação de ativos incorporados a valor justo		-	-	-	-	(359)	-	(359)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	(3.401)	(3.401)
Saldo final em 31 de Março de 2024		63.114	21.019	32.825	15.429	173.932	(188.947)	117.372

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

MARCELO ANDREETTO PERILLO
 Diretor Administrativo
 CPF 024.930.787-13

GENILDO RODRIGUES DE ARAÚJO
 Gerente Geral de Planejamento e Finanças
 CPF 491.885.187-87

FRANCISCO DE SOUSA VIANA
 Gerente de Contabilidade - CRC-RJ 093.702/O-1
 CPF 024.999.427-54



NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE MARÇO DE 2024
(Em Milhares de Reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A – NUCLEP é uma empresa pública, de capital fechado, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), com atuação na indústria de caldeiraria pesada, com tecnologia, equipamentos, pessoal qualificado e certificações adequadas para fornecer equipamentos, com alta complexidade de fabricação, sob encomenda, para os principais mercados de atuação: Energia Nuclear, Petróleo e Gás, Defesa e Outros. Sua sede está situada no Edifício Londres do Condomínio Le Monde Office, Avenida das Américas, nº 3.500 – Sala 613 do Bloco 01, Barra da Tijuca – Rio de Janeiro – RJ – Cep: 22.640-102.

Sob o controle acionário da União será representada, na qualidade de controladora, pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, a NUCLEP tem por objeto social projetar, desenvolver, fabricar e comercializar componentes pesados relativos a usinas nucleares, a construção naval e offshore, e a outros projetos.

Com origem no Decreto 76.805, de 16 de dezembro de 1975, que autorizou a sua criação, a NUCLEP nasceu voltada para a inovação e tecnologia, com a missão de ser o braço industrial do projeto de ampliação da matriz energética nacional, projetando, desenvolvendo, fabricando e comercializando “componentes pesados relativos a usinas nucleares e a outros projetos correlacionados”. Para tanto, a empresa tinha o propósito de construir os equipamentos de reposição das usinas nucleoeletrônicas, assim como todos os componentes necessários para as futuras plantas.

É importante ressaltar que o setor nuclear pode ser enquadrado tanto no campo energético (no sentido de ampliação da matriz energética nacional), como também, no de defesa (soberania nacional).

A NUCLEP possui experiência comprovada na fabricação de equipamentos e estruturas de grande porte e de alta qualidade, além das características únicas de sua capacidade instalada, que são fundamentais para a inclusão de novos produtos, com maior valor agregado, contribuindo para o desenvolvimento do País.

É evidente que a atuação da NUCLEP nos referidos setores atende a relevante interesse público e à soberania nacional, constituindo imperativo da segurança nacional pela necessidade de participação e controle do Estado sobre atividades que envolvam segurança, defesa e soberania.

A NUCLEP segue operando seu parque fabril com qualidade e a determinação de seu quadro técnico motivou melhorias na área administrativa com a implantação de ferramentas que pudessem dar suporte logístico às obtenções, ao armazenamento e ao controle de estoque. Com isso, a necessidade de capital de giro vem sendo suprida com os recursos da União, que durante o exercício de 2024 foram de R\$ 93.677 mil (R\$ 87.676 mil no exercício de 2023).

A empresa mantém os seguintes benefícios aos seus empregados e dirigentes: Plano de assistência médico-odontológico, extensivo aos dependentes, alimentação, transporte e plano de previdência privada com coparticipação dos empregados.

2 PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil e às Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS, em inglês*) emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board – IASB, em inglês*).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A NUCLEP é uma empresa pública federal dependente da União, integrante do Balanço Geral da União (BGU), e, por isso, escritura suas operações no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) na modalidade total.

A Administração da Companhia ratifica que todas as informações relevantes das Demonstrações Financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na sua gestão.

2.2 Demonstração do valor adicionado - DVA

A companhia elaborou a DVA nos termos da Deliberação CVM nº 557/08 e do Pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das Demonstrações Financeiras.



2.3 Demonstração do Resultado Abrangente – DRA

Embora não esteja previsto na Lei 6.404/76, a companhia elabora a DRA conforme resolução CFC N.º 1.185/09; CPC 26 e CVM 106/22, sendo parte integrante das Demonstrações Financeiras.

2.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, é necessário usar estimativas com base em premissas que alteram os valores dos ativos e passivos com reflexos nas receitas e despesas. Essas estimativas correspondem à: avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo; vida útil do ativo imobilizado; análise de risco de crédito para determinação provisão para Estimativa de Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa – EPCLD, assim como avaliação dos demais riscos relacionados a outras provisões, como contingenciais pertinentes aos processos judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias). Embora a administração faça uso de avaliações que são revisadas periodicamente, os resultados reais poderão divergir dessas estimativas.

2.5 Base de Conversão de Moeda

a) A moeda funcional e a de apresentação

A moeda funcional e a moeda de apresentação da companhia é o Real (R\$). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$.

b) Transações e saldos monetários

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são mensurados. Variações positivas e negativas cambiais decorrentes da liquidação dessas operações e da conversão pelas taxas de câmbio no final do exercício, oriundas de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidas na demonstração do resultado.

2.6 Ataque cibernético ao ambiente lógico

No dia 24/05/2023, a NUCLEP sofreu um ataque cibernético no seu ambiente lógico. Foi identificada a presença de um *malware* nos sistemas de informática da empresa. O ataque comprometeu os sistemas corporativos e o *backup*.

Pelos ofícios P-40/2023 e P-041/2023 foram notificados do ataque o Ministério de Minas e Energia e a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, respectivamente.

O ataque foi executado, a princípio, pela ferramenta *Ransomware* (indisponibilidade de ativos por criptografia), que causou a invasão do ambiente, com ocupação, escalção, movimentação lateral (infecção de máquinas adjacentes), implantação de *malware* e captura/criptação de dados corporativos, que, em conjunto, são nomeados de ataque cibernético.

A suspensão das operações *online* foi a primeira medida preventiva para garantir a integridade dos dados e a segurança das informações. Além disso, foi participado à Polícia Federal e ao Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes – CTIR GOV, Órgão vinculado ao Gabinete de Segurança Institucional - GSI e continua sendo avaliada a ocorrência de eventual vazamento de dados pessoais para comunicar à Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, bem como a todos os titulares dos dados. O ataque cibernético criptografou cerca de 80 TB de dados, impactando diretamente a base de dados de todos os sistemas utilizados pela NUCLEP, tanto administrativos quanto de produção.

Em relação à elaboração das Demonstrações Financeiras, o ataque impactou as informações afetas ao sistema integrado gerencial da empresa (ERP Benner) inviabilizando as contabilizações automatizadas e utilizando medidas paliativas, como a utilização de cálculos e levantamentos em planilhas eletrônicas de forma manual e conservadora em contas como, depreciação, provisões contingenciais, subvenções, dentre outras.

Além de terem sido realizadas diversas ações internas visando a mitigação de riscos de novos ataques, foram iniciados novos projetos de modernização tecnológica. Atualmente, a NUCLEP encontra-se em fase de aquisição de *software* de descryptografia e modernização de equipamentos de *backup* visando alcançar êxito no acesso aos arquivos indisponíveis e recuperar os arquivos existentes, respectivamente.

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas adotadas pela empresa estão descritas a seguir:

3.1 Aos instrumentos financeiros ativos e certos passivos, como empréstimos, recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento, não se aplicam quaisquer ajustes para mensurá-los ao valor justo ou ao valor presente. Não se tem a mensuração do valor de mercado desse instrumento, dado que a intenção da entidade é manter os títulos até o vencimento.

3.1.1 Caixa e equivalente de caixa compreendem os numerários em espécie e os depósitos bancários disponíveis de curto prazo, com livre movimentação nas operações da empresa.



3.1.2 As contas a receber estão registradas ao valor original das vendas de produtos e serviços, com perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, julgados suficientes pela administração, conforme Nota 5.

3.1.3 Ao ativo realizável a longo prazo, não se aplicam a apuração de perdas ou desvalorização.

3.1.4 Outros créditos estão registrados ao valor original.

3.2 Os estoques estão registrados ao valor do custo médio de aquisição e não superam o valor de mercado ou de reposição.

3.3 O imobilizado está registrado ao preço de aquisição, sendo considerada a estimativa de vida útil econômica, o valor residual e a taxa de depreciação dos bens estabelecidos no CPC 27, aprovado pela deliberação CVM 583/09. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas compatíveis com o prazo de vida útil dos bens. O valor residual e a vida útil do ativo são revisados ao final de cada exercício.

3.4 As provisões trabalhistas contingenciais, são mantidas regularmente com encargos sociais e foram estimadas com base na opinião do nosso setor jurídico.

3.5 Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos quando da entrada dos recursos líquidos e são apresentados pelo custo, acrescido de atualização monetária e juros proporcionais ao período incorrido, deduzidos dos pagamentos efetuados.

3.6 A reserva de reavaliação será mantida até a realização total dos ativos que a originaram por meio de depreciação.

3.7 As receitas são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade, e possam ser confiavelmente mensurados, compreendendo o valor das vendas de produtos e serviços, sendo reconhecidas pelo regime de competência.

3.8 As subvenções são assistências financeiras governamentais recebidas do Tesouro Nacional, destinadas aos investimentos (aquisição de ativos); o pagamento de pessoal e custeio, por sua vez, é reconhecido pelo regime de competência nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos/despesas. Por fim, a subvenção relacionada aos investimentos (aquisição de ativos) é reconhecida como receita ao longo do período da vida útil do bem na mesma proporção da depreciação reconhecida no resultado do exercício.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Corresponde à Conta Única centralizada no Tesouro Nacional, à qual a empresa está vinculada como usuária do SIAFI, no qual são movimentados tanto recursos próprios e quanto os recursos provenientes do Tesouro Nacional, que são estabelecidos no orçamento.

Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	Março 2024	Dezembro 2023
Pessoal	14.805	16.618
Custeio/Investimento – Fonte Tesouro Nacional	950	179
Custeio - Fonte Própria	34.104	18.041
Total	49.859	34.838

Do limite de saque disponível, 26% (vinte e seis por cento) desses recursos estão conciliados com pagamentos a serem realizados no próximo exercício. Os demais 74% (setenta e quatro por cento) estão vinculados da seguinte forma:

[a] Fonte Própria e Custeio Tesouro Nacional: referente aos pagamentos futuros de custeios e investimentos;

[b] Pessoal: vinculados a pagamentos de Salários, Previdência, Sentenças e outros.

5 CONTAS A RECEBER

Do total do Contas a Receber, 74% (setenta e quatro por cento) equivale a subvenções a receber para liquidação de dívidas classificadas no Plano Plurianual - PPA resultantes de cumprimento de sentenças judiciais, transitadas em julgado, de empresas públicas e sociedades de economia mista, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Os 26% (vinte e seis por cento) restantes, decorrem das atividades econômicas da empresa.

Contas a Receber - Líquido	Março 2024	Dezembro 2023
Fatura/Duplicata a Receber - Produtos	5.952	30.094
Fatura/Duplicata a Receber - Prestação de Serviços	824	3.788
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(26.045)
Subvenções a Receber	19.720	25.064
Total	26.496	32.901



A empresa reconhece a Provisão para Estimativa de Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa em função de declaração de insolvência por parte dos devedores mediante sentença emanada pelo Poder Judiciário e os títulos vencidos há mais de um ano. A atualização ocorre mensalmente e fora reclassificada para longo prazo conforme ata da 131ª reunião ordinária do COAUD (Comitê de Auditoria Independente) realizada em 22 novembro de 2023.

6 ESTOQUES

São os custos dos produtos que ainda não foram faturados. O saldo de importações em andamento, refere-se aos custos/despesas de matéria prima e de item de estoque, aguardando a finalização do desembaraço. No tocante ao aspecto quantitativo, a produção em processo representa 47% (quarenta e sete por cento) do estoque total (no exercício de 2023, essa rubrica representou 47%). Desta forma, os saldos relativos aos estoques estão assim demonstrados:

Produtos em Processo - Circulante	Março 2024	Dezembro 2023
Eletronuclear	14.626	12.324
Centro Tecnológico da Marinha – S.P. - CTMSP	26.387	25.557
Thyssenkrupp	13.096	13.096
Amazul	295	3.175
Outros Projetos	2.901	2.911
Total de Estoque de Produtos em Processo	57.305	57.063

Estoque	Março 2024	Dezembro 2023
Produtos em Processo - Circulante	57.305	57.063
Matéria Prima	27.708	26.030
Almoxarifado	7.935	7.901
Importação em Andamento	3.702	3.702
Adiantamentos a Fornecedores	24.996	27.904
Estoque Total	121.646	122.600

7 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR

São créditos com Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Imposto de Renda (IR); Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), decorrentes das aquisições de matéria prima e outros insumos, como energia elétrica, depreciação, entre outros, utilizados na produção conforme legislação vigente, corrigidos monetariamente pela taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) e passíveis de compensação após o encerramento do ano calendário.

Tributos Federais	Março 2024	Dezembro 2023
IPI	964	718
Imposto de Renda e C.S.L.L	2.531	2.065
COFINS	4.111	3.038
PASEP	892	659
	8.498	6.480

Tributos Estaduais e Municipais	Março 2024	Dezembro 2023
ICMS	5.190	3.711
ISS	-	-
	5.190	3.711
Total de Impostos a Recuperar	13.688	10.191

8 OUTROS CRÉDITOS

Demais Créditos a Receber Líquido	Março 2024	Dezembro 2023
Adiantamentos a Prestadores de Serviços	15.011	19.647
Adiantamentos a Empregados (13 Sal. e Férias)	2.517	2.604
Outras Contas	2.233	1.829
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(703)	(703)
Total	19.058	23.377



9 CONTAS A RECEBER (NÃO CIRCULANTE)

Em 2007, a NUCLEP e o Instituto de Seguridade Social - NUCLEOS celebraram um Termo de Transação, com o aval dos órgãos superiores (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais -SEST) e devidamente homologado na justiça, visando amortizar a dívida da empresa com o referido instituto.

Em 2011, após o parecer emitido pelo Professor Hugo Rocha Braga, a NUCLEP seguiu os ritos processuais e, com o aval de seus órgãos estatutários, acrescentou o valor total da dívida com NUCLEOS, que vence em outubro de 2039, ao Contas a Receber.

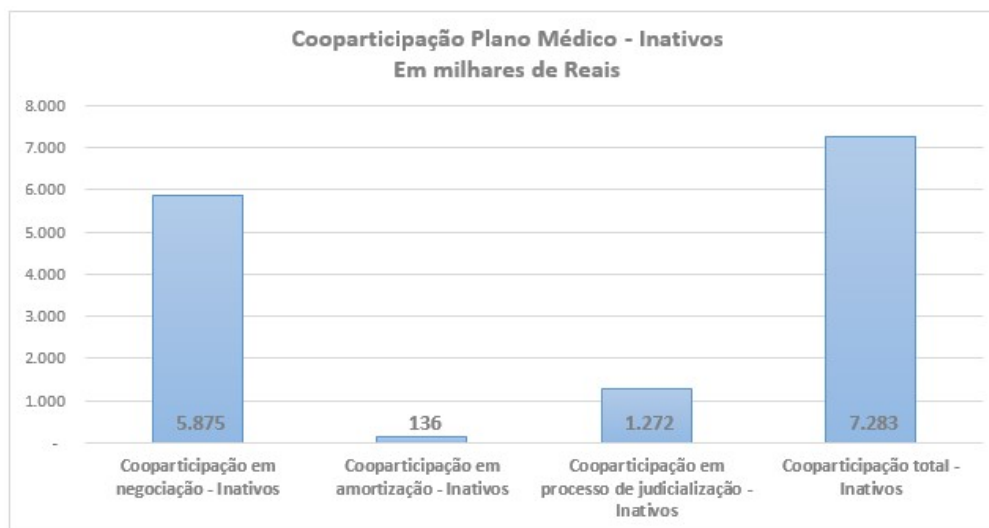
Em abril de 2023, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN analisou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2022 da empresa e solicitou uma revisão crítica da NUCLEP sobre o valor no registrado no Contas a Receber afeto ao NUCLEOS, fruto do posicionamento da Coordenadoria Geral de Contabilidade da União da Secretaria do Tesouro Nacional (CCONT/STN), em janeiro de 2022.

De modo a contribuir com os esclarecimentos requeridos, a NUCLEP contratou uma consultoria visando a elaboração de um parecer contábil sobre a permanência dos subsídios recebidos do Tesouro Nacional e incluídos no Contas a Receber. A empresa contratada, VCW Consultores, emitiu seu parecer em 21 de novembro de 2023, manifestando-se que não seria adequada a permanência de registro desses subsídios no ativo da empresa.

Em dezembro de 2023, na Reunião da Diretoria Executiva - RDE nº 749, decidiu-se pela baixa do Contas a Receber de longo prazo, retornando ao conceito adotado pela NUCLEP até o ano de 2010.

Direitos a Receber de Longo Prazo	Março 2024	Dezembro 2023
Fatura/Duplicata a Receber - Produtos	23.039	-
Fatura/Duplicata a Receber - Prestação de Serviços	2.928	-
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(25.967)	-
Plano Médico – coparticipação empregados	26.269	24.902
Total	26.269	24.902

Dos direitos a receber com coparticipação dos empregados, 72% referem-se aos empregados ativos (R\$ 18.986 mil), e 28%, aos ex-empregados/inativos (R\$ 7.283 mil). Tanto os direitos dos empregados ativos quanto os dos inativos são controlados pela Assistência do Plano Médico da NUCLEP.



A recuperação financeira das coparticipações dos inativos, que totaliza R\$ 7.283 mil, conforme gráfico acima, está dividida da seguinte forma: R\$ 5.875 mil estão em negociação; R\$ 136 mil, em processo de amortização, ou seja, sendo pagos pelos ex-funcionários; e R\$ 1.272 mil, em processo de judicialização.



10 DEPÓSITOS RECURSAIS

Correspondem aos depósitos judiciais relacionados a diversos processos trabalhistas. Por não concordar com as decisões proferidas pela justiça, a NUCLEP se vê na obrigação de recorrer diante da expectativa e da possibilidade de reverter tais decisões, enquanto couber recurso.

Composição	Março 2024	Dezembro 2023
Depósitos Recursais Trabalhistas	38	633
Depósitos Recursais Cíveis	3.053	3.873
Demais depósitos	-	8
Total	3.091	4.514

11 CAUÇÕES

São depósitos efetuados conforme estabelecidos em cláusulas contratuais, que serão resgatados após o encerramento dos respectivos contratos, a saber:

COMPOSIÇÃO	Março 2024	Dezembro 2023
Eletronuclear	3.447	3.447
Impsa	250	250
Total	3.697	3.697

12 INVESTIMENTOS

Valor correspondente aos depósitos compulsórios a favor da Eletrobrás efetuados na década de 80, conforme diversas faturas de cobrança de energia elétrica, convertidas em 6.036 ações nominais a favor da NUCLEP.

13 IMOBILIZADO

ATIVO IMOBILIZADO	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS INTERNAS	INCORPORAÇÕES E BAIXAS	DEPRECIÇÕES	SALDO FINAL
Terreno	161.424	-	-	-	-	161.424
Máquinas e Equipamentos Industriais	58.029	3.621	(1.595)	913	(611)	60.356
Edifícios	35.834	-	-	-	(131)	35.704
Demais Equipamentos	10.675	280	-	(60)	(289)	10.606
Instalações	16.525	-	-	-	(166)	16.358
Bens Ativáveis	553	890	1.559	-	-	3.002
Tecnologia da Informação e Comunicação	6.250	124	36	27	(361)	6.075
Móveis e Utensílios	6.103	80	-	(5)	(71)	6.107
Veículos	46	-	-	-	(1)	46
	295.440	4.995	-	874	(1.629)	299.679

A. Das Aquisições: Foram adquiridos R\$ 4.995 mil com recursos próprios. Até o presente momento não foram realizadas aquisições com recursos do Tesouro Nacional.

B. São classificados como bens ativáveis aqueles bens que serão tombados quando colocados em condições de uso: B1. Aquisição de Torno CNC com barramento inclinado e ferramentas acionada bem como componentes e acessórios, conforme contrato CB-110/2023; B2. A evolução do contrato de instalação de plataforma/elevador vertical de acessibilidade, conforme contrato CS-042/2022; B3. Serviço de desembaraço aduaneiro realizado para aquisição de 07 blocos de calibração adquiridos através da OC 7361; B4. A realização de testes no condicionador de ar de 80.000btus, adquirido através da OC 7487/2023; B5. A realização de testes na máquina de corte e gravação a laser adquirida através da OC 7467/2023; B6. A aquisição de uma máquina de corte plasma-oxicorte, conforme CB-108/2023.

C. Em 2023, foi contratada a Empresa Integrate Soluções de Informática, Controle Patrimonial e Avaliações Ltda, conforme contrato CS-112/2023, para realizar os serviços de inventário físico dos bens móveis e imóveis, assim como para a avaliação patrimonial com fundamentação técnica, a fim de determinar o valor recuperável dos ativos (impairment test) e vida útil residual de bens móveis e imóveis. A contratada concluiu, neste trimestre, o serviço com a entrega dos laudos que, analisados com os valores registrados nas DF do 4º trimestre de 2023, não houve necessidade de ajustes tendo em vista que os resultados foram contabilizados dentro do referido exercício durante a realização das atividades.

Cl. A avaliação patrimonial (*Impairment test*) demonstrou resultado positivo (ganho) em todos os grupos de contas contábeis – valor justo maior que o valor contábil – mantendo-se assim os mesmos saldos contábeis dos grupos de contas do período base para a realização do inventário e avaliação.



13.1 Instalações NUCLEP

Com base na premissa de que um ativo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a empresa, de modo que seu custo ou valor possa ser mensurado com confiabilidade, procedeu-se ao reconhecimento contábil do terreno (R\$ 1.560 mil) como ativo da empresa em 2012. Em seguida, a NUCLEP ajustou o valor contábil do imóvel com base em laudo de avaliações (R\$ 159.864 mil), com a finalidade de corrigir um erro material, que tornava as Demonstrações Financeiras deficientes em termos de relevância por ter um ativo registrado na contabilidade com o valor menor que o valor justo. Cabe frisar que juridicamente a titularidade deste terreno onde se encontram as instalações da NUCLEP está em nome das Indústrias Nucleares do Brasil – INB, razão pela qual o registro contábil deste imóvel consta como bem patrimonial nas duas empresas, até que os órgãos superiores decidam como solucionar esse imbrólio. Abaixo, são apresentadas as inscrições na prefeitura de Itaguaí, bem como suas respectivas metragens e área construída até o exercício:

INSCRIÇÃO	ÁREA	
	TERRENO	CONSTRUÍDA
88382	30.685,00	57.843,00
88383	30.685,00	22.574,00
98374	159.791,00	11.786,64
98375	682.015,00	-
98376	682.015,00	-
5878204	18.746,00	-
33532	600,00	-
33533	600,00	-
TOTAL	1.605.137,00	92.203,64

Em 14/09/2018, o MCTI estabeleceu, através do Aviso nº 371/2018, a reabertura do processo nº 00400.006127/2010-18, que visa a regularização do terreno em que se encontra a fábrica da NUCLEP, constituindo um grupo de trabalho com representantes da NUCLEP, INB, Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e MCTI.

Em 18/05/2021, o Ministério de Minas e Energia - MME encaminhou a NOTA TÉCNICA Nº 20/2021/ASSEC, referente ao processo Nº 48340.000188/2021-02, com o objetivo de se chegar a uma conclusão sobre a regularização da titularidade do terreno. A Secretaria Executiva daquela Pasta, ao encaminhar a Nota Técnica em tela, tanto à diretoria da NUCLEP quanto à da INB, solicitou que as empresas se manifestassem sobre o tema.

Entre 24 de novembro e 03 de dezembro de 2021, foram realizados os trabalhos de campo para o Levantamento topográfico do Parque Industrial da NUCLEP pelo 5º Centro de Geoinformação do Exército Brasileiro. Assim, com as plantas e relatório técnicos prontos, foi dado o início ao processo de regularização junto à prefeitura e cartório de imóveis de Itaguaí. Em dezembro de 2023, todo o levantamento topográfico do Parque Industrial da NUCLEP realizado em 2021 já se encontrava sob análise do cartório de Itaguaí.

Em 09/01/2024, a Presidente do CF da NUCLEP, por meio do ofício nº CF-001/2024, solicitou ao MME informações sobre a regularização do terreno em função das manifestações emanadas pela PGFN por meio da Nota SEI nº 6/2022/CAS/PGACFFS/PGFNME, de 3/2/2022 e pela STN, por intermédio do Ofício SEI nº 29174/2022/ME, de 2/2/2022.

14 INTANGÍVEL

Correspondem à utilização dos seguintes softwares: 1. *Enterprise Resource Planning* – ERP, que continua executando melhorias pontuais em fase de implantação pela empresa Benner. 2. Demais: Licença de Microsoft SQL Server Enterprise 2019 por 10 anos, em substituição da versão 2008, *software* necessário e obrigatório para o *software "Steel projects"* de gestão dos projetos das torres de transmissão; Licença do *software Commvault* por 3 anos para suporte e manutenção do *software de backup* de dados dos servidores da NUCLEP; e Licença do *software CAM para nesting* de chapas por 5 anos (Lantek Expert).

Composição	Março 2024	Dezembro 2023
Sistema de Governança Corporativo – ERP - BENNER	1.342	1.342
Outros Ativos Intangíveis	308	308
Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis	(159)	(148)
Total	1.491	1.502



15 FORNECEDORES

Este saldo é composto de obrigações com empresas que fornecem materiais para o estoque do almoxarifado; materiais para consumo imediato e serviços, como plano médico; transporte; alimentação, dentre outros.

Composição	Março 2024	Dezembro 2023
No país	14.871	2.424
No exterior	-	-
Total	14.871	2.424

16 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

São obrigações com salários e férias apuradas individualmente até a data do encerramento do período pela área de recursos humanos.

Composição	Março 2024	Dezembro 2023
Salários e Consignações a Pagar	8.404	11.884
FGTS s/ Salários e Consignações	1	1
INSS s/ Salários e Consignações	4	4
Encargos Sociais - Convênio de Arrecadação Direta	-	-
Total de Salários e Consignações e Encargos a Pagar	8.409	11.889
Férias a Pagar	24.696	26.199
FGTS s/ Férias	1.429	1.516
INSS s/ Férias	3.572	3.790
Total de Férias e Encargos sobre Férias a Pagar	29.697	31.505
13º Salários a Pagar	4.797	-
FGTS s/ 13º Salários	271	-
INSS s/ 13º Salários	676	-
Total de 13º Salários e Encargos sobre 13º Salários a Pagar	5.744	-
Total	43.850	43.394

17 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

São tributos que incidem sobre prestações de serviços e sobre as receitas com vendas entre outros, conforme contrato de comercialização e com recolhimento no prazo do vencimento.

Tributos por entes	Março 2024	Dezembro 2023
Tributos Federais	5.969	10.378
Tributos Estaduais	13	-
Tributos Municipais	531	-
Total dos Impostos a Recolher	6.513	10.378

Em 06 de abril de 2023, ocorreu uma atualização na Macrofunção 02.03.51 DARF Numerado, que levou a uma nova forma de contabilização no SIAFI, fazendo-se necessário o recálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de trabalho, que foram pagos nos meses subsequentes.

As Obrigações Tributárias são constantemente compensadas à medida que surgem os créditos a recuperar/compensar, conforme nota explicativa nº 7, e devidamente acompanhadas nas obrigações acessórias.

18 OBRIGAÇÕES COM CLIENTES

Referem-se aos valores exigíveis, recebidos a título de adiantamento, derivados de marcos contratuais que antecedem a entrega do produto ou serviço acordado com o cliente e da geração da nota fiscal. Buscam viabilizar a execução dos projetos. Na medida em que as receitas dos projetos são reconhecidas, e, conseqüentemente, das contas a receber, seus saldos são reduzidos, uma vez que são contrapartidas destas contas a receber.

	Março 2024		Dezembro 2023	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Centro Tecnológico da Marinha em SP - CTMSP	598	-	598	-
Eletronuclear S/A - Eletronuclear	38.703	-	18.302	-
Amazônia Azul Tecnologia de Defesa S.A. - Amazul	-	-	6.013	-
Empresa Brasileira de Solda Elétrica S.A. - EBSE	1.760	-	1.760	-
Total	41.061	-	26.673	-



19 OUTRAS OBRIGAÇÕES

Correspondem às consignações efetuadas na folha de pagamento dos empregados, inerentes à coparticipação de benefícios concedidos pela empresa, como refeição e assistência médica, para serem repassados a diversos credores.

Composição	Março 2024	Dezembro 2023
Pensão Alimentícia	109	118
Planos de Previdência e Assistência e Seguro	61	20
Representantes de Classes	1.055	966
Consignações a Pagar	1.260	1.344
Depósitos Retidos	1.749	1.510
Total	4.234	3.958

20 PREVIDÊNCIA PRIVADA - NUCLEOS

DÍVIDA CONSOLIDADA	Março 2024	Dezembro 2023
Circulante	20.444	26.097
Não Circulante	225.364	220.807
Total	245.808	246.904

A NUCLEP e o NUCLEOS firmaram, em 21/11/2007, o Termo de Transação no valor de R\$ 120.111 mil, que corresponde ao valor de R\$ 102.051.836,38 atualizado pelo IGP-M até 31/10/2007, conforme o contido na cláusula primeira (objeto) do Termo de Transação já referenciado, que foi homologado em juízo e consolidou as dívidas existentes, em conformidade com o laudo pericial no âmbito do processo nº 2002.001.153437-3, junto à 30ª Vara Cível do Rio de Janeiro.

Em 02/12/2014, o Supremo Tribunal de Justiça – STJ negou provimento ao recurso interposto pelo NUCLEOS (Agravo 222.312-RJ) e, conseqüentemente, manteve a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ favorável à NUCLEP.

Em 19/11/2015, o Supremo Tribunal Federal – STF negou provimento ao recurso interposto pelo NUCLEOS e manteve a decisão proferida pelo TJRJ favorável à NUCLEP. A decisão transitou em julgado e os autos foram encaminhados ao TJRJ em 27/11/2015.

O Termo de Transação já citado estabeleceu novas condições de pagamento, quais sejam: 360 parcelas mensais, juros de 6% a.a., atualização monetária pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e carência de 24 meses, determinando o pagamento da 1ª parcela em 02/12/2009. Fruto da decisão transitada e julgada, a NUCLEP passou a receber da STN a dotação orçamentária anual para fazer frente às amortizações da dívida por exercício.

Em 12/12/2022 o Conselho de Administração aprovou, na 164ª RCA, por unanimidade, o Plano de Equacionamento do Déficit do NUCLEOS, referente ao exercício de 2021, bem como o seu encaminhamento à SEST.

21 PROVISÕES: ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

21.1 Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto se a administração possuir total controle da situação ou quando houver garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não couber mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Os ativos contingentes baseiam-se nos relatórios emitidos por consultores jurídicos da empresa e nas normas contábeis emitidas CPC nº 25, em conjunto com o CFC e a CVM (Deliberação CVM nº 72/22). Dos principais processos em tramitação, consta o processo movido contra a Terminal Multimodal de Coroa Grande SPE S/A (TMC) - vide nota 28. Após atualizados pela Gerência Jurídica da NUCLEP, constam o total de 44 processos, sendo classificados como prováveis:

Ações Cíveis	Março 2024
Processos:	
5091929-88.2022.4.02.5101	47.667
5107922-11.2021.4.02.5101	7.451
0402563-74.2012.8.19.0001	3.144
0293654-59.2017.8.19.0001	2.664
Demais Processos	11.142
Total das Ações Cíveis	72.068



21.2 Passivos Contingentes

A empresa mantém provisões em função de processos trabalhistas e cíveis, objetivando demonstrar prováveis perdas nas causas judiciais que poderão ser decididos contra a NUCLEP. Tais provisões constituídas com base nos relatórios emitidos por consultores jurídicos da empresa e de acordo com as normas emitidas pelo CPC nº 25, em conjunto com o CFC e a CVM (Deliberação CVM nº 594/09). Dentre as ações de reclamações trabalhistas, constam diversos processos movidos pelos empregados da NUCLEP, que requerem a retroatividade das perdas do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração – PCCR, implantado sem efeito retroativo.

Ações trabalhistas

Os processos individualizados abaixo somam o valor de R\$ 2.498 mil, os quais correspondem a 72% (setenta e dois por cento) do total, R\$ 3.487 mil. A rubrica Demais Processos, por sua vez, soma o valor de R\$ 989 mil, representando 28% (vinte e oito por cento) do valor total, conforme segue:

Processos:	Março 2024
0100771-42.2019.5.01.0462	707
0100183-43.2016.5.01.0461	607
0101403-76.2016.5.01.0461	491
0101767-14.2017.5.01.0461	413
0100213-34.2023.5.01.0461	157
0100997-55.2016.5.01.0461	123
Demais Processos	989
Total de Ações Trabalhistas	3.487

Ações Cíveis

Os processos individualizados abaixo somam o valor de R\$ 2.926 mil, os quais correspondem a 77% (setenta e sete por cento) dos R\$ 3.779 mil. A rubrica Demais Processos, por sua vez, soma R\$ 852 mil representando os 23% (vinte e três por cento), conforme segue:

Processos:	Março 2024
5078491-92.2022.4.02.5101	1.380
5028165-94.2023.4.02.5101	883
0009158-46.2016.8.19.0024	663
Demais Processos	852
Total de Ações Cíveis	3.778
Total dos Passivos Contingentes	7.265

As contingências classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente e estão assim representadas:

Composição	Março 2024	Dezembro 2023
Ações trabalhistas	7.378	7.893
Ações cíveis	42.464	42.464
Total	49.842	50.357

22 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Composição	Março 2024	Dezembro 2023
Capital Autorizado	185.428	185.428
Capital a integralizar	(122.314)	(122.314)
Capital Subscrito e Integralizado	63.114	63.114
Ajuste de exercícios anteriores	21.019	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	32.825	32.825
Reserva de Reavaliação	15.429	15.736
Ajuste de Avaliação Patrimonial	173.932	174.291
Prejuízos Acumulados	(188.947)	(164.834)
Total	117.372	121.132

No exercício de 2023, foram contabilizados a título de ajustes de exercícios anteriores o montante de R\$ 21.019.421,87 (vinte e um milhões, dezenove mil, quatrocentos e vinte e um reais e oitenta e sete centavos) que tratam do lançamento de valores de baixa de apropriações de 13º salário, mais INSS e FGTS sobre o 13º, em atendimento a Macrofunção 02.03.18 que preconiza que no seu item 5.3.5.1: "em 31 de dezembro esta conta não deve apresentar qualquer saldo, tendo em vista que tal gratificação deve ser paga até 20 de dezembro, conforme prescrevem o art. 1º da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965, o art. 9º do Decreto-Lei nº 2.310, de 22 de dezembro de 1986, e o art. 64 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990."



22.1 Capital Social

O capital social subscrito e integralizado, é de R\$ 61.210.000,00 (sessenta e um milhões e duzentos e dez mil reais) dividido em ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma. Em 18/03/94, através da 47ª - AGO, o Conselho de Administração aprovou o limite de aumento em até 183.523.810 (cento e oitenta e três milhões, quinhentos e vinte e três mil, oitocentos e dez) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma. O capital social subscrito e integralizado possui a seguinte composição:

Composição	Março 2024
- União Federal	100% 61.209.994

22.2 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC

O AFAC é oriundo dos recursos provenientes da União para as operações de investimentos da NUCLEP. Seu registro está em conformidade com a Macrofunção 02.11.12 - Participação da União no Capital das Empresas. Registram-se, neste item, os recursos de investimentos destinados à manutenção e à exploração das atividades da empresa. A variação deve-se aos valores das subvenções recebidas no exercício:

Composição	Março 2024	Dezembro 2023
Bens Ativáveis	-	-
Tecnologia da Informação e Comunicação	-	1.761
Máquinas e Equipamentos Industriais	-	22.208
Demais Equipamentos	-	6.998
Móveis e Utensílios	-	1.858
	-	32.825

Conforme Macrofunção SIAFI 02.11.22, em seu item 2.3.8, entende-se que, para as empresas com capital 100% público, os AFAC transferidos a partir de 1º de janeiro de 2017 podem ser classificados como instrumentos patrimoniais, desde que os repasses sejam capitalizados até a Assembleia Geral Ordinária (AGO) do exercício subsequente (art. 2º, § único, Decreto nº 2.673/1998).

Os repasses recebidos de R\$ 1.842 (um milhão, oitocentos e quarenta e dois mil) até dezembro de 2023 e as aquisições de 2008 a 2021, reclassificadas para o Patrimônio Líquido conforme decisão na Reunião da Diretoria Executiva - RDE n.º 744, realizada em 10/10/2023, e com a orientação Ministerial/Setorial enviada por e-mail de 19/12/2023, lastreada pelas diretrizes contidas na mensagem CCONT/STN 2023/3896093, no montante atual de R\$ 30.983 mil (trinta milhões, novecentos e oitenta e três mil) serão capitalizados em obediência a Macrofunção SIAFI 02.11.22 até a data limite da aprovação das contas do exercício em que ocorrer a transferência.

Até o presente momento, não foram recebidos repasses para aquisição de investimentos.

22.3 Reserva de Reavaliação

No ano base de 2000, foi efetuada a reserva de reavaliação de bens do ativo imobilizado, cujo saldo é de R\$ 15.429 mil (correspondente a R\$ 15.736 mil, em 2023). Neste período, foram realizadas baixas no montante de R\$ 307 mil (que corresponderam a R\$ 1.231 mil, em 2023) assim classificadas:

Composição	Março 2024	Dezembro 2023
Instalações	16	67
Edifícios	291	1.164
Terminal Marítimo	-	-
Acesso ao Terminal Marítimo	-	-
Máquinas e Equipamentos industriais	-	-
	307	1.231

23 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

– Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços

A Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços engloba os valores relativos às contraprestações pelo cumprimento das obrigações de desempenho acordadas nos instrumentos contratuais firmados pela empresa com a Eletronuclear, tais como a Locação de área externa para armazenamento de equipamentos de Angra 3, e a fabricação e fornecimento de condensadores para Usina Nuclear de Angra 3. Além disso, inclui acordos com a Frank's Internacional Brasil LTDA para a industrialização por soldagem e armazenamento de tubos, com a Superpesa Transportes, Projetos e Fabricação S.A. para a utilização de infraestrutura fabril e o serviço de movimentação de cargas com guindaste, com a Amazul para o fornecimento de peças forjadas do Bloco 40 do LABGENE, com a Incomisa industrialização por corte, recorte, furação e gravação de chapas pertencentes ao projeto 220397 Torre Boel.

De acordo com as Informações por Segmento estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 22, em conjunto com o CFC e a CVM (Deliberação CVM nº 103/22), a receita bruta por cliente está discriminada abaixo:



Receita por Clientes	Março 2024	Março 2023
Superpesa	-	548
Eletronuclear	389	402
Frank's	12	578
Amazul	6.013	-
Demais Clientes	37	-
Total da Receita Operacional Bruta	6.451	1.528

23.1 IMPACTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS NO RECONHECIMENTO DA RECEITA

– Apresentação do resultado considerando a incidência de benefícios fiscais

Aplica-se ao contrato CT 11/2019, estabelecido com a Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - Amazul (Conclusão da fabricação, montagem e fornecimento do vaso e estruturas internas da contenção e a fabricação do tanque de blindagem primária incluindo seu tanque de expansão e os seus trocadores de calor do LABGENE (Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica) - Bloco 40, o benefício do RETID, que tem por objetivo estimular o desenvolvimento de projetos na área estratégica de defesa. Dadas as isenções da PIS/Pasep, da COFINS e do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, verifica-se um impacto no reconhecimento da receita inerente ao projeto, uma vez que seus custos são suprimidos em consequência da desoneração tributária.

AMAZUL - (RETID) - Regime Especial de Tributação para a Indústria de Defesa	Benefícios - RETID	Março 2024
Receita reconhecida		6.013
PIS	93	-
COFINS	430	-
IPI	269	-
Total	792	6.013

– Recursos Orçamentários do Tesouro Nacional

São suportes financeiros recebidos em forma de subvenção, destinados à manutenção da empresa, que têm como objetivo fazer face às despesas com pessoal, parte dos custos operacionais e aos investimentos. São contabilizados conforme estabelece a norma contábil deliberada pela CVM n.º 646/10 e o Pronunciamento CPC 07, ou seja, como receita de subvenção no mesmo período de reconhecimento das despesas a que estão associadas.

Os recursos recebidos para investimentos são demonstrados em conta redutora do Ativo Não Circulante e reconhecidos no resultado na mesma proporção da depreciação ou baixa do bem correspondente.

Recursos Orçamentários - por Vinculação de Pagamento	Março 2024	Março 2023
Pessoal	85.133	62.656
Custeio: Sentença e Benefícios	30	9.376
Custeio/Investimentos	6.601	14.040
Recursos Orçamentários transferidos para Subvenção a Realizar	-	1.604
Total dos Recursos Orçamentários do Tesouro Nacional	91.764	87.676

TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	98.215	89.204
------------------------------------	--------	--------

– Consolidação da Receita Operacional Bruta	Março 2024	Março 2023
Receita Operacional Bruta	98.215	89.204
(-) Impostos, Contribuições e outras deduções sobre vendas	(45)	(226)
Receita Operacional Líquida	98.170	88.978

24 CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS

Os custos de produção da NUCLEP são oriundos de recursos próprios e de subvenções para investimentos, já que se trata de uma empresa dependente financeiramente do Tesouro Nacional. Parte da aquisição de seus insumos de produção é financiada com recursos recebidos em forma de subvenção e o restante, com recursos próprios, decorrentes de suas atividades operacionais. Já insumos como mão de obra, transporte e alimentação são 100% (cem por cento) adquiridos com recursos subvencionados.

De acordo com as Informações por Segmento estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 22, em conjunto com o CFC e a CVM (Deliberação CVM n.º 103/22), a seguir estão discriminados os principais insumos apropriados como Custos dos Produtos e Serviços Vendidos:

	Março 2024	Março 2023
AMAZUL	(5.601)	-
Eletronuclear	(404)	-
FRANK'S	(12)	-
Total dos custos dos produtos vendidos	(6.017)	-



25 DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COMERCIAIS

São os gastos incorridos pelas áreas da Presidência; dos Conselhos de Administração e Fiscal; das Diretorias Administrativa e Comercial, além dos custos não aplicados à produção da Diretoria Industrial, a saber:

Composição	Março 2024	Março 2023
Salários e Encargos	(59.775)	(55.056)
Benefícios	(4.699)	(3.405)
Previdência	(8.653)	(8.124)
Materiais e Serviços/ Provisões	(24.461)	(13.024)
Depreciação e Amortização e <i>Impairment</i>	(1.640)	(1.382)
Demais Despesas	4.738	(5.970)
Total	(94.489)	(86.961)

26 RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

As despesas financeiras são correspondentes aos encargos de juros, variações monetárias e cambiais sobre saldo dos passivos exigíveis.

Receitas e Despesas Financeiras	Março 2024	Março 2023
Receitas financeiras		
Variações monetárias	55	-
Juros, multas e taxas	-	-
Total das receitas financeiras	55	-
Despesas financeiras		
Variações monetárias	-	-
Juros, multas e taxas	(462)	(14)
Total das despesas financeiras	(462)	(14)
Resultado financeiro	(407)	(14)

27 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém uma política de seguros considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas que possam resultar em prejuízos ao patrimônio da NUCLEP. As coberturas estão assim distribuídas:

Seguro	Risco Coberto	Cobertura R\$
Seguro de Bens Patrimoniais	Incêndio, Raio, explosão, implosão e outros	191.237.076,95
Responsabilidade Civil Diretores e conselheiros	Responsabilidade civil	10.000.000,00
Seguro de automóveis	Colisão, incêndio, roubo, danos materiais	100% tabela FIPE
Responsabilidade Civil Geral	Operações Industriais / Empregador	3.000.000,00
Seguro Incêndio – Escritório Rio	Incêndio, Raio, explosão, implosão e outros	1.540.000,00
Riscos Nomeados – Patrimoniais Terminal Portuário	Incêndio, implosão, entre outros e quebra de Máquinas	13.100.000,00
Seguro de vida em grupo	Diretores, Funcionários, Estagiários e Aprendizes [sendo 143 o somatório desses dois últimos]	859

28 CONTRATO DE ARRENDAMENTO

Em 16 de dezembro de 1997, a NUCLEP firmou o contrato C-291/AB-001 para arrendamento do Terminal Marítimo e parte das instalações de sua propriedade com a empresa TMC - Terminal Multimodal de Coroa Grande SPE S/A, para administração, exploração e operação do Terminal Portuário. Durante a evolução do contrato, alguns investimentos que estavam previstos não foram realizados e a TMC deixou de honrar parte dos compromissos financeiros contratuais.

Na tentativa de não denunciar o contrato, a NUCLEP pactuou 5 (cinco) aditamentos com o objetivo de viabilizar o saldo a receber e, consequentemente, refazer o plano de recebimento, incluindo as novas obrigações assumidas pelo arrendatário. Entretanto, a TMC continuou inadimplente, levando a NUCLEP, em 29 de setembro de 2004, a ingressar em juízo com Ação de Cobrança cumulada com pedidos de rescisão contratual e reintegração de posse do terminal portuário.

Finalmente, em 27 de março de 2009, após o trânsito em julgado da sentença proferida no juízo arbitral, a NUCLEP ganhou a reintegração de posse do terminal e da área retro portuária, mas, quanto à dívida, teve que ingressar com ação de Execução de Títulos Extrajudiciais, distribuída na 36ª Vara Cível da Comarca de Capital – RJ, que ainda aguarda decisão.

A NUCLEP considera o ganho da causa provável, mas o recebimento do montante da dívida é incerto. Por esse motivo, tem-se optado por manter o registro contábil em contas de controle o valor de R\$ 388.343 mil, que corresponde ao total da dívida corrigida e acumulada conforme parecer inicial do jurídico da NUCLEP 056/2020/ATG/PJG-1/NUCLEP, atualizado mensalmente nas contas de controle do SIAFI.



29 PREJUÍZOS FISCAIS E BASES NEGATIVAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A companhia possui prejuízos fiscais e, conseqüentemente, bases negativas de contribuição social, que geram créditos fiscais e não se encontram refletidos nas demonstrações contábeis. Esses prejuízos representam um ativo fiscal diferido, que será compensado com lucros tributários gerados pelas operações futuras, conforme abaixo:

Resultado Fiscal	Março 2024	Dezembro 2023
Imposto de Renda	(233.042)	(236.086)
Contribuição Social	(250.877)	(247.833)

30 PRINCIPAIS TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A companhia realizou transações com partes relacionadas no exercício de 2023, de acordo com os padrões de mercado, a título de: Atualização de créditos a receber (Tesouro Nacional), contratos para fabricação de bens de contratos já existentes (Marinha do Brasil - CTMSP) e atualização e pagamentos do Termo de Equacionamento (NUCLEOS). O montante do saldo de operações de empréstimos e financiamentos (INB) foi evidenciado, mas não sofreu alterações.

- (a) montante das transações;
- (b) montante dos saldos existentes, incluindo compromissos, e:
 - (i) seus prazos e condições, incluindo eventuais garantias, e a natureza da contrapartida a ser utilizada na liquidação; e
 - (ii) detalhes de quaisquer garantias dadas ou recebidas;
- (c) provisão para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes; e
- (d) despesa reconhecida durante o período relacionada a dívidas incobráveis ou de liquidação duvidosa de partes relacionadas.

	Tesouro Nacional	Marinha do Brasil - CTMSP	INB	NUCLEOS	TOTAL
Dezembro 2023	25.064	(32.323)	33.017	(246.904)	(221.146)
Ativo					
Direitos a Receber	(5.344)	-	-	-	(5.344)
Passivo					
Obrigações a Pagar/Realizar	-	(2.393)	(33.017)	1.096	(34.314)
Março 2024	19.720	(29.930)	-	(245.808)	(256.018)

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

- a) Controladora da NUCLEP conforme nota 22.1.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

a) **Garantias concedidas:** pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, atual Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST e que teve como consequência a constituição de um passivo orçamentário por parte do Tesouro Nacional, a NUCLEP e o NUCLEOS, firmaram em 2007, um Termo de Transição que viabiliza a amortização da dívida a ser paga em 360 meses (até outubro 2039). Desta forma e considerando a documentação mencionada acima, acrescida da Portaria nº. 1, de 11 de janeiro de 2010, editada pelo então Ministério do Planejamento, segurando o qual empresas como a NUCLEP, que fazem parte do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, tem direito a receber do Tesouro Nacional recursos financeiros para pagamentos das dívidas judicializadas, a NUCLEP constituiu contas a receber da Secretaria do Tesouro Nacional. O impacto na STN alcançará cinco Planos Plurianuais – PPA, visto que a amortização da dívida se encerra até 2039, conforme nota 09.

MARINHA DO BRASIL

- a) Gerador e Vasos: Fabricação de 2 geradores de vapor (GV) para propulsão naval. Contrato nº 42000/2013-011 (em andamento):
Valor Global: R\$ 17.630.068,43
Valor Faturado: R\$ 5.812.668,43
Receita Reconhecida: R\$ 4.784.144,45
- b) Fabricação de vaso de pressão do reator (VPR) acessórios, sobressalentes, dispositivos e ferramentas especiais. Contrato nº 42000/2013-010 (em andamento):
Valor Global: R\$ 14.336.471,96
Valor Faturado: R\$ 5.281.508,73
Receita Reconhecida: R\$ 5.163.491,34



c) Conclusão da fabricação, montagem e fornecimento do vaso e estruturas internas da contenção e a fabricação do tanque de blindagem primária, incluindo seu tanque de expansão e os seus trocadores de calor do LABGENE (Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica), conforme Especificação de Compra no R11.01-1400-AC-0017 rev.3, proposta Técnico-Comercial nº 089/19 rev. 1, seus anexos e demais elementos técnicos anexos. Contrato nº 11/2019 (em andamento):

Valor Global: R\$ 62.267.902,98

Valor Faturado: R\$ 39.381.650,73

Receita Reconhecida: R\$ 38.835.718,60

INDÚSTRIA NUCLEARES DO BRASIL – INB

Empréstimos e Financiamentos: Corresponde a empréstimo concedido pela INB à NUCLEP em 09 de dezembro de 1992, baixado no exercício de 2023.

NUCLEOS

a) **Dívida Consolidada:** A NUCLEP e o NUCLEOS firmaram em 21/11/2007 Termo de Transação conforme processo nº 2002.001.153437-3, junto à 30ª Vara Cível do Rio de Janeiro, conforme mencionado na nota 23.

31 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Empregados
Remuneração Média Mensal	35.427,04	3.837,93	3.837,93	4.162,80	17.725,28
Maior Remuneração	35.427,04	3.837,93	3.837,93	4.162,80	44.008,52
Menor Remuneração	35.427,04	3.837,93	3.837,93	4.162,80	4.210,52
Maior Remuneração (Não Encargos)					44.008,52
Menor Remuneração (Não Encargos)					4.210,52
Remuneração Média Mensal (Não Encargos)					17.441,51
Quantidade de contratados até 31/03/2024					2
Benefícios Concedidos					
Assistência Médica					4.698.023,18
Alimentação					1.377.787,10
Cesta Básica					-
Auxílio creche					203.193,00
Auxílio Transporte					3.465.436,09
Previdência Complementar Patronal					3.041.606,18
					12.786.045,55

32 CONTINUIDADE OPERACIONAL DA COMPANHIA

De acordo com a base contábil de continuidade operacional, as demonstrações contábeis são elaboradas com base no pressuposto de que a entidade está operando e continuará a operar em futuro previsível - NBCTA 570 AUD.

MARCELO ANDREETTO PERILLO
Diretor Administrativo
CPF 024.930.787-13

GENILDO RODRIGUES DE ARAÚJO
Gerente Geral de Planejamento e Finanças
CPF 491.885.187-87

FRANCISCO DE SOUSA VIANA
Gerente de Contabilidade - CRC-RJ 093.702/O-1
CPF 024.999.427-54

